

**João Manoel de Lima Junior**

# **AUTORREGULAÇÃO**

## **REGIME JURÍDICO**

Curitiba  
Juruá Editora  
2018

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-8601-3**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Lima Junior, João Manoel de.

L732 Autorregulação: regime jurídico./ João Manoel de  
Lima Junior./ Curitiba: Juruá, 2018.  
230p.

1. Autorregulação. 2. Poder econômico. 3. Poder  
político. I. Título.

144351

00265

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	17
<b>LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS</b> .....	21
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>Capítulo 1 QUESTÕES PERSISTENTES</b> .....	33
1.1 O CONCEITO DE REGULAÇÃO .....	33
1.1.1 Tipos de Regulação .....	43
1.2 O CONCEITO DE AUTORREGULAÇÃO .....	51
1.2.1 Escopo da Autorregulação .....	68
1.2.2 Instituições Autorreguladoras do Mercado de Capi- tais Brasileiro .....	69
<b>Capítulo 2 AUTORREGULAÇÃO COMO AUTORIDADE</b> .....	79
2.1 AUTORIDADE ESTATAL .....	81
2.1.1 Direito Público .....	86
2.1.1.1 As associações autorreguladoras como re- pacições públicas .....	86
2.1.1.1.1 Exercício de poder de polícia por autorreguladores privados .....	91
2.1.1.1.2 Regras da autorregulação e o sis- tema jurídico .....	94
2.1.1.1.3 Existe uma “instância” adminis- trativa autorreguladora? .....	98
2.1.1.1.3.1 Recurso hierárquico e revisão de ofício ...	101

2.1.1.1.4	Devido processo legal nos procedimentos da autorregulação.....	104
2.1.1.1.4.1	Eficácia dos direitos fundamentais na autorregulação .....	106
2.1.1.1.4.2	Incidência das garantias processuais .....	109
2.2	AUTORIDADE NÃO ESTATAL ORIENTADA PARA O MERCADO.....	112
2.2.1	Direito Privado.....	113
2.2.1.1	A livre-iniciativa e o exercício da autorregulação.....	113
2.2.1.1.1	Exemplos de restrições à liberdade de iniciativa .....	115
2.2.1.1.2	Autorregulação e liberdade de iniciativa .....	119
2.2.1.1.3	Instituições autorreguladoras de novas profissões e as autarquias profissionais .....	122
2.2.1.1.3.1	Autorregulação e liberdade de empresa..	124
2.2.1.1.4	Autorregulação e liberdade de associação .....	126
2.2.1.1.4.1	Natureza jurídica da adesão à autorregulação .....	130
2.2.1.1.5	Funções autorregulatórias do poder de compra .....	131
2.2.1.1.5.1	Inclusão de cláusulas de interesse público em contratos privados.....	133
2.2.1.1.6	Licença social para operar.....	134
2.2.1.1.7	Função social da autorregulação ..	134
2.2.1.1.8	A autorregulação como gestão de riscos e de reputação.....	137
2.2.1.2	A autorregulação como um produto demandado pelo mercado.....	140

2.2.1.3	Natureza jurídica das penalidades aplicadas pela autorregulação .....	142
2.2.1.3.1	Destinação dos recursos das multas aplicadas por autorreguladores.....	145
2.2.1.3.2	Exequibilidade das multas aplicadas pela autorregulação .....	148

### **Capítulo 3 AUTORREGULAÇÃO COMO PODER .....** 151

3.1	PODER ECONÔMICO .....	153
3.1.1	Funcionamento dos Mercados Organizados de Valores Mobiliários .....	160
3.1.1.1	Concentração regional .....	162
3.1.1.2	A redução da franja competitiva do mercado de capitais .....	164
3.1.1.3	Autorregulação <i>versus</i> formas de atuação concertada de instituições financeiras.....	168
3.1.1.4	Conflitos de interesse entre a autorregulação e o auferimento de receitas .....	170
3.1.1.5	Controles de estrutura e conduta sobre a autorregulação .....	171
3.1.1.6	Efeitos anticoncorrenciais horizontais e verticais da autorregulação .....	173
3.2	PODER POLÍTICO .....	174
3.2.1	A Autorregulação como Gestão de Legitimidade .....	177
3.2.1.1	Autorregulação como forma de cooptação do regulador .....	178
3.2.1.2	Captura do regulador por meio da autorregulação .....	179
3.2.1.2.1	Exaustão fiscal .....	179
3.2.1.2.2	Perfil dos reguladores e autorreguladores (o problema da <i>revolving door</i> ).....	184
3.2.1.3	Relações governamentais.....	187
3.2.1.4	Representação de classe, o caso Febraban: autorregula, representa e faz <i>lobby</i> ?.....	188

---

3.2.2	O Déficit Democrático da Autorregulação.....	190
3.2.2.1	Formas de <i>accountability</i> .....	192
3.2.2.1.1	Papel do órgão regulador setorial ..	194
3.2.2.1.1.1	Orquestrador legal ...	195
3.2.2.1.2	Garantia da reflexividade e democracia procedimental na autorregulação .....	196
<b>CONCLUSÃO</b>	.....	<b>199</b>
<b>POSFÁCIO</b>	.....	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	.....	<b>205</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	.....	<b>219</b>